

Milei pede ao Congresso mais poder para conter 'emergência'

Argentina

Milei pressiona Congresso e envia projeto de lei que amplia seus poderes

— Presidente pede aprovação de uma emergência pública para assumir poderes legislativos até dezembro de 2025; antes, ameaçou convocar plebiscito se seu megadecreto for rejeitado

BUENOS AIRES

O presidente da Argentina, Javier Milei, apresentou ontem seu primeiro projeto de lei de reforma do Estado, em que pede ao Congresso a aprovação de uma emergência pública para assumir poderes legislativos até dezembro de 2025. O projeto, que tem 664 artigos e trata de temas econômicos, penais e eleitorais, foi apresentado horas depois de o libertário defender um plebiscito caso o Legislativo rejeite seu megadecreto econômico anunciado anteriormente, que tem despertado protestos pelo país.

A entrega do texto ocorreu enquanto manifestantes entravam em confronto com a polícia no centro de Buenos Aires. Milhares se reuniram após convocação de centrais sindicais para um novo protesto pedindo que a Justiça rejeite o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU, semelhante à Medida Provisória no Brasil) que desregulamenta a economia argentina com a reforma de mais de 300 leis, incluindo trabalhistas. Um juiz do trabalho rejeitou um pedido de liminar apresentado pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) do país que impedia que o decreto entrasse em vigor amanhã. O projeto de lei de ontem não tem ligação com o megadecreto anunciado no dia 20, já que toca em temas que não podem ser reformados por uma canetada.

O texto de 183 páginas, chamado de Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos, foi entregue no início da tarde de ontem em meio a sessões extraordinárias do Congresso convocadas por Milei e iniciadas no dia anterior. O presidente havia adiado, ao convocar as sessões, que pretendia entregar 11 iniciativas de reforma do Estado argentino. Essas iniciativas foram detalhadas no projeto de lei enviado ontem.

O projeto traz uma ampliação dos poderes do governo por meio da declaração de "emergência pública em matéria econômica, financeira, fiscal, previdenciária, de segurança, de defesa, tarifária, energética, de saúde, administrativa e social até 31 de dezembro de 2025".



Polícia e manifestantes entram em confronto em Buenos Aires; mobilização pedia à Justiça que declare Inconstitucional decreto de Milei

- Mudanças propostas**
- **Eliminação de eleições primárias**  
Acaba com as Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (conhecidas como Paso), permitindo aos partidos escolherem seus candidatos
  - **Aumento de penas e prisão efetiva de manifestantes**  
Aumenta a prisão para mais de 3 anos para quem bloquear ruas em protestos
  - **Mudança na composição da Câmara de Deputados**  
Modifica o tamanho dos distritos eleitorais, do número de deputados eleitos por províncias e a forma como são eleitos

O texto declara que, nessa data, ele pode ser prorrogado pelo Executivo por mais dois anos, ou seja, até o final do mandato de Milei, que assumiu no dia 10. Na prática, o documento, se aprovado pelo Congresso, permitiria a Milei ter funções legislativas nas matérias que pontua. O governo argumenta que esse projeto está sendo promovido "no espírito de restaurar a ordem econômica e social

- **Privatização de empresas estatais**  
Propõe a privatização de 41 empresas estatais, entre elas a aérea Aerolíneas Argentinas, a petroleira YPF e o Banco Nación
- **Enem argentino**  
Estabelece um exame obrigatório para todos os estudantes que concluem o ensino médio, semelhante ao Enem brasileiro
- **Aumentos de aposentadoria por decreto**  
Elimina o cálculo de 'mobilidade previdenciária' em vigor desde 2021 e concede aumentos de aposentadoria apenas por decretos e para pessoas de baixa renda

com base na doutrina liberal incorporada na Constituição Nacional de 1853".

**MUDANÇAS PROFUNDAS.** A reforma é bastante ampla e modificaria regras eleitorais, como a eliminação de eleições primárias e financiamento de partidos políticos, mas também limita a organização de protestos e amplia penas a quem bloquear vias. O texto também traz mudanças no regime de

aposentadoria, Justiça, composição do Congresso e facilita a privatização de empresas. O partido de Milei, A Liberdade Avança, é minoritário no Congresso e ainda não avançou na costura de alianças. O partido libertário tem 40 dos 257 deputados e 7 de 72 senadores, enquanto a oposição tem a chamada primeira minoria em ambas as Casas.

**PLEBISCITO.** Justamente pelo risco de sofrer uma derrota no Congresso, Milei ameaçou, mais cedo, em convocar um plebiscito para a aprovação de seu megadecreto.

O DNU, que entra em vigor já amanhã, pode ser revogado caso as duas casas determinem. Em entrevista ao jornal *La Nación*, Milei disse que "obviamente" vai convocar uma votação popular caso os deputados e senadores, a quem chamou de corruptos, decidam pela revogação.

Depois da entrevista, o próprio *La Nación* alertou para as possíveis implicações da ideia. A primeira seria constitucional, já que o presidente não poderia submeter à votação popular um pacote com mais de 100 medidas. A segunda seria prática: só o Congresso pode convocar plebiscitos vinculantes, ou seja, que viram lei automática-

mente. No caso de plebiscitos propostos pelo presidente, mesmo que seja aprovado, o texto ainda precisará passar pelos legisladores.

**CONFRONTOS NAS RUAS.** Minutos antes de o presidente enviar seu projeto, milhares de manifestantes se concentraram em frente à Suprema Corte, em Buenos Aires, para pedir que se declare inconstitucional o decreto publicado na semana passada. Cerca de 8 mil pessoas participaram das marchas convocadas pela CGT.

**Costuras**  
**O partido de Milei, A Liberdade Avança, é minoritário e ainda não avançou nas alianças**

Apesar do operativo do governo contra o fechamento de vias, os manifestantes bloquearam importantes avenidas da cidade, o que levou a enfrentamentos com a polícia. Seis pessoas foram detidas e um policial ficou ferido após ser atropelado por um ônibus, segundo a imprensa argentina.

Desde que foi assinado, o decreto tem despertado protestos e pанаelões em várias cidades. ● AFP e EFE

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional Caderno: A Pagina: 10